

Cleci Leão

24/10/2016 19:20



Agenda ambiental é mais que realidade: é crucial

Ramboll Environ discute e apresenta casos práticos com estratégias e medidas preventivas para a sustentabilidade

Fervilham no mundo todo ideias na direção de melhores práticas de gerenciamento de operações para que se atinjam as metas necessárias para a sustentabilidade. E o motivo, segundo o advogado especializado em gestão ambiental, Ludovino Lopes, é simples: “aquilo que era apenas uma possibilidade, ou uma promessa de se transformar em quadro regulatório para o futuro já aconteceu. A discussão sobre os impactos ambientais deixou de ser científica para ser um fato, e hoje temos um quadro jurídico e regulatório, com compromissos já firmados por cada país no planeta todo”.

O setor marítimo e portuário, responsável por cerca de 2,5 a 3% de toda a emissão mundial de poluentes, está na mira direta dessa agenda, que já não é mais de natureza política ou estratégica, mas sim de desenvolvimento econômico, segundo o especialista. E o Brasil não está fora dessa programação.

Em viagem a Nova York há cerca de três semanas, o presidente Michel Temer teve, por objetivo, duas diretrizes. A primeira delas foi tratar de negociações para a privatização. A segunda, porém, da qual depende a primeira, foi garantir que o País cumpra seus compromissos da agenda ambiental, garantindo a redução de emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030. “Isso significa que



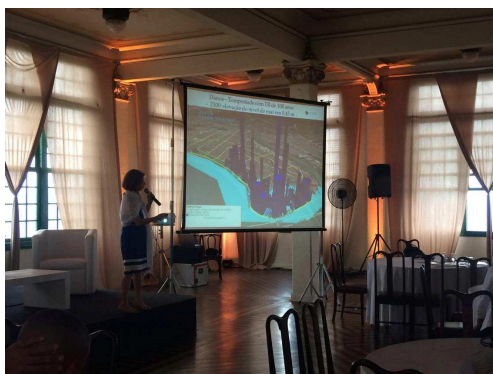
os setores envolvidos nas políticas de energia e transporte terão de fazer sua lição de casa até 2025, um prazo que não está nada longe; portanto, precisam começar desde já a pensar como nossas empresas deverão se alinhar a essa agenda”, ressaltou o advogado, durante evento promovido na cidade de Santos pela Ramboll Environ, com o propósito de apresentar e discutir os principais impactos das mudanças climáticas sobre as operações dos portos brasileiros nos próximos 30 anos, bem como suas consequências para os negócios e a sociedade. “As

mudanças climáticas já afetam o cotidiano dos portos no Brasil e no mundo, e exigirão ações de adaptação e remediação para garantir a atuação produtiva e segura para empresas e a sociedade”, afirma Eugenio Singer, presidente da Ramboll Environ no Brasil, que conduziu as palestras e debates durante um dia rico em informações.

Após visitar o Porto de Santos, o Diretor de Planejamento Ambiental da Ramboll nos Estados Unidos, Dr. Dough Daugherty, reconheceu os problemas ambientais e de infraestrutura da região, porém não o diferenciou em relação a outros portos mundiais: “assim como qualquer outro porto no mundo, Santos passa por problemas, como pressão por parte da população, excesso de regulamentação governamental e outras questões”. No entanto, ele lembrou que nem mesmo os grandes portos do mundo têm todas as suas problemáticas solucionadas de uma vez só. “O melhor a se fazer, neste momento, é tentar aprender com os erros em vez de ‘reinventar a roda’, e avançar passo a passo na direção das melhores práticas”, afirmou.

Daugherty citou exemplos de ações preventivas aplicados nos portos da Califórnia, onde atua, que hoje estão reunidas em documentos elaborados por grandes entidades, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a IMO (Organização Marítima Internacional) e a PIANC ((Associação Mundial de Infraestrutura de Transportes Marítimos). Segundo o especialista, é necessário fazer um trabalho preventivo e de conscientização contra os impactos já calculados, tendo por base as experiências já analisadas. “Ainda assim, há também a questão dos desastres naturais imprevisíveis, que causam perdas não apenas na infraestrutura portuária, mas também prejudicam a cadeia de suprimentos e a área metropolitana”, afirma Daugherty, que relaciona tais desastres como um “sinal de alerta” para os portos e para a população. Ele enfatizou a necessidade de se atentar para a frequência dos eventos, o grau de preparo da comunidade, e até que ponto ela está apta a se proteger. Nessa equação, todas as informações contam e são valiosas: históricos do passado, dados do presente e cálculos para o futuro. “Depois que acontece o desastre, pelo menos sabemos que ele é possível”.

Apesar da questão levantada por Eugênio Singer, de que tanto os governos quanto a população têm muita dificuldade de concentrar esforços preventivos quando a ameaça não é visível, Doug Daugherty ainda insistiu na necessidade de conscientização, planejamento e diretrizes quando se deseja atingir melhorias ambientais sólidas.



Conscientização e planejamento também foram as recomendações da pesquisadora do Instituto de Geociências da Unicamp, Dra. Luci Hidalgo Nunes, que vem desenvolvendo um trabalho especificamente em Santos para previsão de vulnerabilidades e impactos ambientais causados pelas marés. E, com

elas, a pesquisadora chama atenção para a necessidade de se realizarem medidas práticas e preventivas com base nas evidências e nos estudos, pedindo também a colaboração dos órgãos de imprensa para divulgar a seriedade do tema. “Do nosso lado, reitero que a comunidade científica está à disposição para prover informações e ajudar a pressionar o poder público de forma compartilhada para chegarmos às decisões de que precisamos”.

Confira no Especial Guia Marítimo | Portos Pelo Mundo as diretrizes e os resultados da comunidade marítima internacional na direção da agenda ambiental estabelecida pelos acordos de organizações mundiais.

Notícias do dia



Infraestrutura e Obras

Onde está o dinheiro?



Sustentabilidade

Agenda ambiental é mais que realidade: é crucial



Cenário

Otimismo para o mercado logístico



Logística

Perguntas & Respostas: Despacho Aduaneiro



Logística

UPS desenvolve ação em prol da recuperação



Comércio Exterior

Logística diferenciada pode ser decisiva para as exportações de carne in natura